

**FACULDADE CIDADE DE COROMANDEL
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

RAYANE LARISSA ARAUJO FERNANDES

**A RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS COMO
INSTRUMENTO DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**COROMANDEL
2021**

RAYANE LARISSA ARAUJO FERNANDES

**A RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS COMO
INSTRUMENTO DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Artigo apresentado à Faculdade Cidade de
Coromandel como requisito parcial para
conclusão do Curso de Educação Física.

Orientador: Prof. Esp. Guilherme Ramos

**FACULDADE CIDADE DE COROMANDEL
RAYANE LARISSA ARAUJO FERNANDES**

**A RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS COMO
INSTRUMENTO DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Artigo aprovado em ____ de _____ de 2021 pela comissão
examinadora constituída pelos professores:

Orientador:

Prof. Esp. Guilherme Ramos
Faculdade Cidade de Coromandel

Examinador(a):

Prof. Esp. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Faculdade Cidade de Coromandel

Examinador(a):

Prof. Dr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Faculdade Cidade de Coromandel

A RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Rayane Larissa Araújo Fernandes*

Guilherme Ramos**

RESUMO

A Educação Física vem ganhando cada vez mais espaço devido à busca constante por mais saúde e melhor qualidade de vida. Essa crescente nas práticas físicas e esportivas torna-se cada vez mais evidente no cotidiano das pessoas, tanto de indivíduos sem deficiência, quanto daquelas pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, quer seja intelectual e/ou física. Tal cenário instiga questionamentos ao que se refere às atividades físicas e esportivas para Pessoa com Deficiência (PcD) – tipos, reais benefícios, adaptações, necessidade de profissionais qualificados, e tantos outros aspectos. Partindo-se disto, objetivou-se evidenciar a relevância das atividades físicas e esportivas como instrumento de efetiva inclusão para Pessoas com Deficiência, galgando-se caracterizar as deficiências, explicitar sobre inclusão e por fim, evidenciar a prática física e/ou esportiva e seus benefícios para a Pessoa com Deficiência. Para tal, realizou-se um levantamento bibliográfico, tendo como fontes: artigos, monografias, dissertações, teses, entre outros, levantados em bibliotecas de Instituições Superiores, bases de dados da internet, tais como SCIELO, CAPES, etc, utilizando-se como critérios para busca as palavras-chave: atividade física adaptada, esportes adaptados, inclusão dos deficientes, etc. Sendo possível evidenciar, por meio dos aportes teóricos, que a prática física e/ou esportiva adaptada reflete diretamente na inclusão da Pessoa com Deficiência. Assim, a Educação Física em si vem contribuir significativamente para a motivação e integração da PcD tanto no contexto escolar, quanto social.

Palavras-chaves: Pessoa com Deficiência. Inclusão. Educação Física.

ABSTRACT

Physical Education is gaining more and more space due to the constant search for better health and better quality of life. This increase in physical and sports practices becomes increasingly evident in the daily lives of people, both individuals without disabilities and those who have some type of disability, whether intellectual and/or

* Graduada em Educação Física pela Faculdade Cidade de Coromandel (FCC). rayanelarissacoro@hotmail.com

** Especialista em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para pessoas com deficiência pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e em Educação Física Escolar pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ). Pós-graduado em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de Coromandel (2010). Docente do Curso de Educação Física da Faculdade Cidade de Coromandel (FCC). guilherme.ramos@educacao.mg.gov.br

physical. This scenario prompts questions regarding physical and sports activities for Persons with Disabilities (PwD) – types, real benefits, adaptations, need for qualified professionals, and many other aspects. Based on this, the objective was to highlight the relevance of physical and sports activities as an instrument of effective inclusion for People with Disabilities, aiming to characterize the disabilities, explaining about inclusion and, finally, highlighting the physical and/or sports practice and its benefits for Persons with Disabilities. To this end, a bibliographic survey was carried out, having as sources: articles, monographs, dissertations, theses, among others, raised in libraries of Superior Institutions, internet databases, such as SCIELO, CAPES, etc, using as criteria for searching the keywords: adapted physical activity, adapted sports, inclusion of the disabled, etc. It is possible to show, through theoretical contributions, that the adapted physical and/or sports practice directly reflects on the inclusion of the Disabled Person. Thus, Physical Education itself significantly contributes to the motivation and integration of the PwD both in the school and social context.

Keywords: Person with Disabilities. Inclusion. Physical Education.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos o conceito de Deficiência foi construído atendendo às demandas de grupos sociais acometidos e preocupados com a garantia e com a preservação dos direitos da Pessoa com Deficiência (PcD).

Por meio da Convenção de Salamanca, promulgada pelo Decreto 3.956/01 (BRASIL, 2001), percebe-se como Deficiência toda restrição física, mental ou sensorial – permanente ou não, que limite a capacidade e desempenho do indivíduo em atividades – consideradas normais – para este.

Atualmente, buscando atender a fins didáticos, as classificações quanto às deficiências, receberam novas terminologias, como: Deficiência; Transtorno global do desenvolvimento; Altas habilidades ou superdotação; Distúrbios de saúde; Problemas de comunicação, fala e linguagem; Distúrbios de aprendizagem (BRASIL, 2008; MARCHESI; MARTIN, 1995).

Para fins deste estudo, considerou-se a Deficiência em sua tipologia como: a) física, b) sensorial (auditiva e visual), e c) intelectual, obedecendo ao Decreto 3.956/01 (BRASIL, 2001).

Segundo o referencial supracitado, compreende-se por deficiência física a alteração completa ou parcial de um ou mais partes do corpo, que levam à redução ou perda de funções motoras e/ou fala. Já deficiência auditiva é a perda total ou parcial da audição em um ou em ambos os ouvidos. Deficiência visual é a redução total ou

parcial da visão de um ou de ambos os olhos – considerando-se a cegueira e também a baixa visão. A deficiência intelectual é identificada pela alteração no funcionamento psiconeuromotor e intelectual, podendo apresentar limitações associadas a diferentes áreas. Por fim, a deficiência múltipla é a ocorrência de duas ou mais deficiências.

Estudos como Diniz (2007), Fonseca (2007) e Lopes (2014), apontam que os indivíduos que possuem deficiência, eram denominados e reconhecidos como Portadores de Necessidades Especiais (PNEs), considerando estes como pessoas à mercê de práticas discriminatórias, exclusão e desigualdade de oportunidade, apresentando dificuldades quanto à efetiva integração e socialização; evidenciando-se a necessidade quanto à existência e implementação de práticas voltadas à efetiva Inclusão Escolar e Social.

É importante salientar que o termo PNE deixou de ser utilizado, vez que a Deficiência não deve ser compreendida como algo que se porta, mas sim como algo que a pessoa possui e que faz parte desta. Deste modo, no artigo 2º da Lei 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão, apresenta-se uma abordagem mais humanizada, estabelecendo como termo adequado para tratamento “Pessoa com Deficiência” (BRASIL, 2015).

A referida lei em seu Art. 1º institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, documento o qual visa “[...] assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015).

Para Sassaki (1997), a inclusão social é um conjunto de ações voltados aos indivíduos com deficiência, para que estes possam buscar seu desenvolvimento e exercer seu papel na sociedade. Ou seja, trata-se de um processo por meio do qual a PcD prepara-se para participar ativamente na sociedade, e concomitantemente, a sociedade realiza adaptações buscando atender de forma adequada à heterogeneidade de necessidades apresentadas; tendo como uma destas, apresentada por qualquer indivíduo, a prática física e esportiva, através da qual pode-se adquirir diversos benefícios que contribuem diretamente para a melhora da saúde, e conseqüentemente, para a qualidade de vida (BLOCK, 1992 apud DUARTE; LIMA, 2003).

Com base no exposto, o presente artigo apresenta como tema gerador a relevância das atividades físicas e esportivas como instrumento de inclusão para PcD.

Para o alcance dos objetivos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, a qual para Gil (2002, p. 44), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”

Tal pesquisa bibliográfica ocorreu no período de setembro/2020 a abril/2021, tendo como fontes: artigos, monografias, dissertações, e teses, levantados em bibliotecas de Instituições Superiores, bases de dados da *internet*, tais como SCIELO, CAPES, etc, utilizando-se como critérios para busca as palavras-chave: atividade física adaptada, esportes adaptados, inclusão dos deficientes, pessoa com deficiência, etc.

Interessados nesta temática podem questionar-se se as pessoas com algum tipo de Deficiência podem praticar atividade física e/ou esportiva; quais as dificuldades inerentes a estas práticas por PcD, e quais são as atividades físicas e/ou esportivas que podem ser praticadas por estes indivíduos.

Desse modo, o presente artigo galgou evidenciar a relevância das atividades físicas e esportivas como um instrumento de inclusão para pessoas com deficiência. Os objetivos específicos constituem-se no teor das 3 (três) seções desta pesquisa, onde sequencialmente, buscou-se: 1) conceituar e classificar Deficiência, 2) elucidar sobre a Inclusão num contexto histórico, e a partir da premissa de Educação Inclusiva, e 3) discutir sobre as práticas de atividade física e esportiva adaptadas, bem como apresentar os benefícios destas para a PcD.

Este estudo justifica-se pelo fato de que independentemente de qual seja a Deficiência, a PcD pode praticar atividade física e/ou esportiva, vez que estas podem ser adaptadas pelo profissional de Educação Física (WEINBERG; GOULD, 2008). A presente pesquisa justifica-se também por ser um estudo de significativa relevância no contexto acadêmico, ao contribuir tanto para a formação profissional da autora, quanto servindo de potencial referencial a outras pesquisas mais aprofundadas sobre o tema. Além de agregar-se às produções sobre “Atividade física e escolar adaptadas como instrumento de inclusão das PcD”, ao proporcionar reflexões e propor ações.

É válido salientar que referenciais como Py e Jacques (1999) apresentam a atividade física e esportiva adaptada como uma peça extremamente importante para a autonomia, integração e melhora da saúde da pessoa com deficiência, necessária desde a infância até a 3ª idade. Além do mais, existem vários benefícios para os que praticam como: resistência física, equilíbrio, postura, coordenação motora, força, reabilitação, promoção da saúde, entre muitos outros.

A prática destas atividades adaptadas deve ser frequente no cotidiano da PcD mesmo existindo muitas dificuldades enfrentadas como falta de incentivo, profissionais com formação e práticas pedagógicas inadequadas, “pré”conceito quanto à sua capacidade, etc (LIMA, 2005; NISTA-PICCOLO, 2012).

Lima (2005) elenca várias atividades e esportes que podem ser adaptados, como: a) coletivamente: basquete de cadeira de rodas, bocha adaptada, tênis de mesa, voleibol sentada, futebol de 5, *goalball*; b) individualmente: natação, remo adaptável, arco e flecha, musculação, ciclismo adaptado, artes marciais, atletismo, esgrima, tiro paraolímpico, hipismo paraolímpico, halterofilismo paraolímpico.

Diante do exposto percebe-se que atividade física e esportiva adaptada, é atualmente, uma relevante estratégia para a inclusão social e para o *empowerment* da Pessoa com Deficiência (COSTA; SOUSA, 2004), contexto o qual instigou a presente investigação.

2 DEFICIÊNCIA E SUAS INTERFACES

Segundo dados do Relatório Mundial sobre a Deficiência (SÃO PAULO, 2011), 15 (quinze) em cada 100 (cem) indivíduos, a nível mundial, são PcD.

Diniz, Barbosa e Santos (2009) alegam que o conceito de deficiência está em constante evolução, enquanto construção da sociedade; ou seja, atualmente é percebida não mais pelo biológico – aspecto clínico, mas sim pelas relações que a Pessoa com Deficiência apresenta com o meio – suas dificuldades e possibilidades.

Fonseca (2007) elenca que tais limitações podem ser de aspecto físico, intelectual, mental e/ou sensorial; e que o ambiente impacta diretamente sobre as mesmas, vez que pode favorecer ou dificultar o em da PcD. A restrição da participação do indivíduo a quaisquer atividades que seja, em decorrência de sua(s) deficiência(s), segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), determina a desigualdade.

Assim torna-se necessário ressaltar que intimamente relacionado ao conceito supracitado, tem-se a inclusão, a qual é de responsabilidade de todos os indivíduos, galgando-se garantir o efetivo exercício dos Direitos Humanos, haja vista que esta parcela populacional fica à mercê da desigualdade, a qual apresenta-se sob forma de analfabetismo, baixa renda, desemprego, dentre outros (BRASIL, 2001; CARVALHO; ALMEIDA, 2012; LOPES, 2014).

2.1 Classificações

Ao estudar sobre as deficiências, é possível perceber que as PcD constituem um aglomerado heterogêneo de indivíduos, devido à diversidade e às características correlatas a cada tipo de deficiência (CARVALHO; ALMEIDA, 2012).

Analisando-se historicamente, vê-se que as deficiências eram tipificadas conforme seu aspecto biológico, considerando-se o CID¹ específico. Porém, de acordo com os referenciais apresentados anteriormente, deficiência não é doença. Então, como classificá-las partindo-se desta premissa?

Buchalla (2003) explicita que a Organização Mundial da Saúde (OMS) utiliza desde o início deste novo milênio, meados de 2001, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), através da qual é possível avaliar a deficiência em todos os seus aspectos – limitação quanto à execução de tarefas cotidianas básicas e instrumentais, bem como quanto à interação e ação junto à/na sociedade.

Desse modo, pode-se tipificar deficiência de acordo com as alterações biológicas e suas demandas. Atualmente são 3 vertentes – física, intelectual e sensorial (auditiva e visual).

No Brasil, a deficiência física inclui também aspectos como o nanismo e a ostomia. Também considera-se o transtorno do espectro autista (TEA) como deficiência (BRASIL, 2012). Tal fato é possível, visto que cada nação pode adotar subclassificações – como deficiência orgânica, transtorno psicossocial, etc, conforme seu entendimento.

Buchalla (2003) afere ainda que é importante salientar que tais classificações não são estáticas, e que estas são necessárias para a adoção de leis e políticas públicas que atendam às PcD, protegendo seus direitos.

Conforme o quadro 1, pode-se verificar que, segundo o Decreto nº 5.296, Artigo 4º, para que um indivíduo seja considerado PcD, ele deve se enquadrar em uma das tipificações de deficiência apresentadas abaixo, as quais são: auditiva, física, mental (cognitiva e intelectual), visual e múltipla.

¹ A Classificação Internacional de Doenças (CID) refere-se ao diagnóstico clínico (CARVALHO; ALMEIDA, 2012).

Baseando-se em Brasil (2004), o quadro 1 foi confeccionado, galgando-se elucidar as características e manifestações de cada uma das categorias de Deficiências consideradas no referido referencial.

Quadro 1 – Categorias de Deficiências

DEFICIÊNCIAS	
CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS
Deficiência Física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida.
Deficiência Auditiva	Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.
Deficiência Visual	Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
Deficiência Mental	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho.
Deficiência múltipla	Associação de duas ou mais deficiências.

Fonte: Adaptado (BRASIL, 2004)

A seguir, compreender-se-á mais sobre as tipologias de deficiência citadas.

2.1.1 Deficiência física

Percebe-se que a Deficiência Física abrange limitações quanto ao caminhar, sustentar e equilibrar o corpo, movimentar membros, etc e pode acontecer em diferentes estágios, sendo necessária a adoção de instrumentos que permitam a acessibilidade, como órteses, próteses e outros, os quais jamais devem ser privados do indivíduo que possui debilidades físicas (RUFINI; TEIXEIRA-ARROYO, 2013).

Segundo o Decreto nº 5.296, os indivíduos acometidos por Deficiência Física muitas vezes necessitam de auxílio quanto às suas necessidades (BRASIL, 2004).

2.1.2 Deficiência sensorial

A Deficiência Sensorial é subdividida em auditiva e visual (BUCHALLA, 2003). As Deficiências Auditivas diferem-se quanto à sua origem. Há indivíduos que perderam a audição ao longo da vida; ou seja, ouviam, mas por alguma razão biológica ou acidental, deixaram de fazê-lo. Nestes casos, é possível que o indivíduo – alfabetizado - continue a comunicar-se oralmente, valendo-se da Língua Portuguesa para escrita e leitura (GORGATTI; COSTA, 2008).

Os autores supracitados explicitam que há também a surdez ocorrida anterior à alfabetização, e a surdez nata. Nestes casos, o indivíduo com Deficiência Auditiva usará a Língua de Sinais para sua comunicação.

Vale ressaltar que o surdo não é mudo por definição. Sendo assim, o indivíduo pode falar, apresentando alterações na emissão de seus sons. O surdo pode fazer leitura labial, o que é entendido como comunicação frágil e parcial, vez que exige que ambos os interlocutores estejam frente a frente, e que a fala ocorra de forma pausada (GORGATTI; COSTA, 2008).

Aqui, no Brasil, por meio da Lei nº 10.436, foi regulamentado o direito do indivíduo surdo a uma língua própria – a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A partir desta lei, criou-se a obrigatoriedade da oferta de serviço de Intérpretes de Libras, em espaços públicos, pelo Estado (BRASIL, 2002).

É importante salientar que os deficientes auditivos são mais suscetíveis a situações de risco, vez que não conseguem reagir a alarmes e alertas sonoros (CIDADE, 2009).

Já com relação à Deficiência Visual, conforme Brasil (2004), esta abrange tanto a baixa visão, quanto a cegueira. A PcD visual utiliza-se de instrumentos que facilitam sua locomoção, como a bengala e o cão-guia². Pisos táteis também otimizam a mobilidade de indivíduos cegos ou com baixa visão (BRASIL, 2006).

Quanto ao em à informação, o indivíduo com baixa visão pode valer-se de fontes ampliadas, próximas e contrastantes. Já a pessoa cega, necessita ter tais informações codificadas em Braille – sistema de escrita em pontos com alto relevo.

Segundo Marmeleira *et al.* (2018), o deficiente visual não é surdo, por definição. Sendo assim, ao comunicar-se com um deficiente visual, deve-se utilizar tom de voz adequado. Ao auxiliá-lo deve-se ofertar-lhe o braço. Deve-se sempre avisá-lo ao afastar-se.

2.1.3 Deficiência intelectual

Tal deficiência refere-se ao cognitivo do indivíduo, não devendo confundi-la com adoecimentos e/ou transtornos, e obedece a graus definidos de acordo com as limitações impostas quanto à sua aprendizagem e à sua adaptação (BRASIL, 2004).

A PcD intelectual pode desenvolver-se a partir de estratégias com foco em atenção em saúde e habilitação. Aqui evidencia-se também a relevância de atividades de cunho inclusivo, bem como a oportunização de vivências sociais – inclusive de ocupação (SOETHE, 2017).

Ao comunicar-se com uma PcD intelectual, deve-se ser objetivo e adequado em seu vocabulário. Deve-se considerar que a resposta pode não vir de forma imediata. Indivíduos com Deficiência Intelectual não lidam bem com stress. Assim, em momentos de pressão, a PcD intelectual pode demonstrar impaciência, irritabilidade e entrar em situação de fuga (SOETHE, 2017; WEISS, 2014).

Além do mais, tais indivíduos são manipuláveis. Estudos comprovam, por exemplo, que nos Estados Unidos da América (EUA), a porcentagem de detentos com Deficiência Intelectual, supera o percentual na sociedade em geral. Isso evidencia que o indivíduo com Deficiência Intelectual está à mercê de um sistema judiciário despreparado quanto à diversidade humana (WEISS, 2014).

² Os indivíduos com deficiência visual podem estar acompanhados de um cão-guia em todos os espaços, exceto determinadas áreas das unidades de saúde e em ambientes que necessitam de esterilização individual, conforme Decreto 5.904 (BRASIL, 2006).

Quanto à violência, a PcD intelectual é mais suscetível a qualquer forma de violência, visto que muitas vezes não conseguem relatar ou queixar-se dos abusos de forma adequada e coerente (WEISS, 2014).

Tal cenário demonstra a importância da utilização de estratégias eficientes de relacionamento e comunicação para com a PcD Intelectual (SOETHE, 2017).

2.1.4 Deficiência múltipla

Segundo Brasil (2004), a Deficiência Múltipla caracteriza-se pela junção de duas ou mais deficiências.

Alguns indivíduos com Deficiência Múltipla conseguem construir sua autonomia. Em contrapartida, outros apresentam uma condição severa, que requer atenção, cuidados e acompanhamento perpétuos. Assim, estes últimos são frequentemente apontados como vítimas de diversos tipos de violência: maus-tratos, agressões, abandono, dentre outros (SILVA, 2011).

A partir do discorrido nesta seção é possível perceber que a trajetória histórica remeteu a uma nova conceituação acerca dos diferentes tipos de Deficiência. Tal fato deve-se ao desenvolvimento social, à busca contínua, permanente, por mais respeito à individualidade do ser humano, e pela aceitação e compreensão das diferenças individuais. Busca-se assegurar os Direitos das PcD quanto à acessibilidade, integridade e interação social, numa perspectiva de equidade.

Neste sentido, conhecer sobre as Deficiências, compreender as limitações e direitos de cada grupo, e saber atuar efetivamente junto a estes é favorecer a promoção da efetiva inclusão.

3 A INCLUSÃO E SEUS DESAFIOS

Inclusão, por definição, trata-se do conjunto de estratégias que galgam possibilitar o em com equidade da PcD à Educação e ao Trabalho, bem como ao convívio e à interação sociais (AINSCOW; FERREIRA, 2003).

A promoção de uma igualdade de oportunidades de em e de sucesso, com a participação de todos e o respeito pela diversidade individual e cultural [...], através da inclusão na escola, bem como da inclusão da escola no meio local, permitirá uma intervenção integrada, no sentido da elevação do nível educativo da população. (SIL; LOPES, 2005, p. 2985).

Desse modo, percebe-se que a PcD necessita ter em à educação inclusiva, permitindo-lhe desenvolver suas competências e habilidades (FREIRE, 2008; UNESCO, 1994).

A Educação Inclusiva permite o reconhecimento e a satisfação das necessidades específicas apresentadas pelas PcD; vez que seus currículos e estratégias pedagógicas correlatas quando desenvolvidos adequadamente por uma equipe multidisciplinar, adaptam-se à variedade de ritmos de ensino-aprendizagem.

Tal fato possibilita que todos os indivíduos em sua heterogeneidade de condições físicas, intelectuais e sociais, tenham equidade de oportunidades de aprendizagem que levem ao sucesso (FREIRE, 2008; SANCHES, 2001).

Aqui, torna-se necessário evidenciar que, percebe-se uma reestruturação das instituições de ensino, com vista a prestar atendimentos eficientes às PcD. Assim, migra-se de uma concepção de integração – adotando-se ações adicionais de ensino, com foco nas limitações individuais e/ou superdotação, para a inclusão – onde percebe-se currículos adaptados (AINSCOW, 2005).

3.1 Marcos históricos

Fazendo-se uma breve análise da linha do tempo da Inclusão, tem-se como marco internacional a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), na qual estabelece-se que toda criança deveria ser acolhida pela instituição de ensino regular, independente de suas condições físicas, intelectuais e sociais.

Em 2000, foram definidos os objetivos da Escola para Todos (EPT): em de todos os indivíduos à Educação Básica gratuita e obrigatória, por meio de considerações apontadas no Fórum Educacional e também no Enquadramento da Ação de Dakar (COSTA, 2006).

Assim identifica-se uma perspectiva de inclusão pela Educação mais efetiva.

3.2 Algumas considerações sobre Educação Inclusiva

Por meio da Educação Inclusiva, a PcD tem a oportunidade de interagir, se relacionar e aprimorar habilidades de comunicação e cooperação. Nogueira (2009) elucida que tais oportunidades são essenciais para o desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e social da PcD.

Vale ressaltar que este convívio é importante tanto para o indivíduo sem Deficiência, quanto para a PcD; visto que os primeiros aprendem a aceitar e a lidar com a heterogeneidade do ser humano, tratando-a não como fragilidades, mas sim como um valor do indivíduo (PORTER, 2003 apud LIMA-RODRIGUES *et al.*, 2007).

Atender a toda esta diversidade de necessidades não é algo simples. Demanda conhecimento, habilidade e atitude (RODRIGUES, 2006).

Nas instituições de ensino, muitos docentes abraçam este desafio e praticam a inclusão em toda sua essência, trazendo para o cotidiano escolar, a colaboração de toda a equipe – independente da disciplina ministrada por aquele professor, família e comunidade (LIMA-RODRIGUES *et al.*, 2007).

Em contrapartida, ainda há profissionais que resistem à efetiva Inclusão, estando distantes desta prática, quer seja por ignorância acerca do tema e das práticas inclusivas, e/ou por não querer investir tempo no planejamento e execução das atividades inclusivas.

Vale ressaltar segundo Lima-Rodrigues *et al.* (2007), que a colaboração é fundamental para a disseminação de uma cultura inclusiva. Mais especificamente,

[...] a cultura de colaboração, quando presente [...], facilita a tomada de decisões e a resolução conjunta de problemas no seio da comunidade educativa. [...] propicia suporte e incentivo aos professores [...] para mudar as suas práticas educativas, fazendo da sala um espaço aberto de partilha. Esta dinâmica contribui de forma efetiva para o eclodir de novas práticas de cidadania democrática e de Inclusão, escolar e social.” (p.15) .

Conforme o exposto no decorrer desta seção, torna-se perceptível a evolução quanto ao conceito de Inclusão e às práticas correlatas.

Para Alves (2012), no início do século XIX o apoio prestado às Pessoas com Deficiência era tipicamente assistencial.

Foi somente no século XX que as estratégias integradoras vieram à tona, por meio da Declaração sobre os Direitos da Criança (ONU, 1959). Tal documento considerou a Educação como um direito universal.

Por conseguinte, cria-se a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975), na qual foi estipulado que a sociedade tem o dever de assistir às pessoas com deficiência, permitindo-lhes o desenvolvimento e sua integração.

Apesar dos eventos, muitos desafios ainda permeiam a Educação Inclusiva.

3.2.1 A Educação Inclusiva e seus desafios

É evidente que a trajetória histórica da Educação Inclusiva depara-se com movimentos em defesa dos direitos da PcD; movimentos estes que idealizavam uma “[...] cidadania plena e a participação de todos os setores da sociedade.” (LIMA-RODRIGUES *et al.*, 2007, p. 21). Há a migração do modelo tipicamente clínico, observado em meados de 1970, para uma abordagem interacionista, através da qual permitia-se a inserção da PcD em um sistema integrativo³.

Na nação colonizadora do Brasil, em 1991, foi instituído o Decreto Lei 319. Através deste foram notórias as modificações quanto às práticas pedagógicas voltadas às deficiências do indivíduo. Assim, instituiu-se o regime de Educação Especial em instituições regulares de ensino. Com isso, muitos profissionais da educação passaram a valorizar a Inclusão (CORREIA, 2003).

Mais tarde com a Declaração de Salamanca, assegurou-se a educação como direito universal, em igualdade de em e equidade de oportunidades, reconhecendo-se e satisfazendo-se, por meio de currículos e estratégias de cunho pedagógico adequadas, num sistema de cooperação social, as heterogêneas necessidades das PcD, considerando-se também a diversidade quanto ao estilo e ao ritmo de aprendizagem (UNESCO, 1994).

A partir da concepção supracitada, compreende-se que as diferenças individuais são normais, e que aceitando-as e acolhendo-as, adequando as ações quanto a estas, contribui-se para uma visão social mais humana e inclusiva.

O sucesso da Inclusão provém da identificação das necessidades especiais ainda na primeira infância, sua avaliação e estímulo. Diante disto, é possível garantir o apoio pedagógico necessário, quer seja com reforços de aprendizagem, até mesmo a práticas educativas compensatórias realizadas por profissionais especializados (UNESCO, 1994).

Nota-se, por meio das considerações supracitadas, que pela concepção socialmente construída de Inclusão, as instituições de ensino passam a ser coresponsáveis por todo o processo educativo das PcD, pautando-se em um modelo

³ Correia (2003) expõe que apesar da proposta de integração, naquele período as instituições de ensino ainda que sutilmente, excluíam a PcD; vez que resultou apenas na integração de indivíduos com Deficiência moderada.

educativo centrado no Currículo, que considere os distintos níveis de desenvolvimento humano – emocional, pessoal e social (MORGADO, 2003).

Para que de fato a Educação Inclusiva seja possível, é fundamental tanto a adequação do Currículo e as práticas pedagógicas correlatas, quanto uma revisão das ações docentes e de gestão (LOPES; FABRIS, 2013).

Um dos maiores desafios para a Educação Inclusiva é o fato de o docente estruturar seu plano de aula em ações centradas no seu papel, considerando que a PcD é um “problema” ao seu manejo uniforme de classe (MARCHESI, 2001 apud RODRIGUES, 2001).

Madureira e Leite (2003) apud Costa (2006) apresentam como possível resposta a esta problemática, a vantagem do aprendizado e do desenvolvimento coletivo, considerando-se relevante melhorar as ofertas educativas a todos os alunos, independente de diferenças e dificuldades, o que demanda:

[...] desenvolver processos de adaptação perante os vários estilos e ritmos de aprendizagem; [...] criar e implementar currículos adequados à população escolar; [...] organizar a escola de forma a responder às necessidades de todos os alunos; • equacionar estratégias pedagógicas diversificadas e que impliquem atividades funcionais e significativas para os alunos; [...] desenvolver processos de cooperação/colaboração com a comunidade em que a escola se insere; [...] e utilizar e rentabilizar recursos humanos e materiais existentes. (MADUREIRA; LEITE, 2003 apud COSTA, 2006, p. 36).

Diante do exposto, verifica-se que pela visão de Educação Inclusiva, há uma exigência social quanto à gestão, organização e oferta de qualidade às necessidades individuais. o que promove a cultura do sucesso (BERMAN-BIELER, 2003; ONU, 2006).

Rodrigues (2003) afere que Inclusão não é uma evolução da Integração; e que por vezes as próprias instituições de ensino provocam a exclusão⁴, devido à ausência de práticas pedagógicas condizentes com as necessidades individuais.

Ainda segundo o referencial supracitado, tal exclusão provém de 4 (quatro) vertentes principais: a) a instituição de ensino dificulta o ingresso da PcD; b) possibilita a saída da PcD por não deter práticas pedagógicas adequadas; c) inclui a PcD em uma prática pedagógica padronizada junto aos demais alunos sem Deficiência; e d)

⁴ Rodrigues (2003) afirma que a instituição de ensino ao incluir a totalidade de alunos em uma mesma organização pedagógica, contribui significativamente para a exclusão.

nem escola nem aluno percebem sentido à inclusão; o que remete à desigualdade de oportunidades de em e ao insucesso.

Ao adotar-se o modelo de Educação Inclusiva, o processo de ensino leva em consideração as diferentes capacidades, competências e ritmos dos alunos; os quais são avaliados a partir de instrumentos diferenciados (LIMA-RODRIGUES *et al.*, 2007).

Alves (2012) aponta que a cooperação entre instituição de ensino, família e comunidade é fundamental para que a PcD encontre sentido em sua frequência escolar, e que seja válida uma orientação vocacional, para a concretização de oportunidades.

Assim, a Educação Inclusiva passa a ser percebida como necessária. Sendo que, a partir desta, as instituições precisam adotar uma Pedagogia diferenciada, e atender eficazmente às necessidades do alunado (LOPES; FABRIS, 2013).

Vale ressaltar que a organização das instituições de ensino mudou. Há níveis distintos de turmas, divisão das disciplinas e uma abordagem pedagógica diversificada (BARROSO, 2003 apud RODRIGUES, 2003).

Para tal, é imprescindível possibilitar desenvolvimento de todos os indivíduos respeitando-se o seu nível afetivo, cognitivo, moral e social; bem como promover a formação continuada de docentes, integrar e valorizar as individualidades, e estimular a participação social.

Infelizmente, ainda há falta e escassez de apoio técnico especializado, no ensino regular (RODRIGUES, 2006).

Diante do exposto, é válido refletir se os docentes encontram-se efetivamente aptos ao exercício de educar de forma inclusiva.

3.2.2 O papel docente na Educação Inclusiva

Para Correia (2003) e Morgado (2003) a democratização quanto ao em ao ensino provocou o aumento do tempo escolar obrigatório. Tais ações originaram a heterogeneidade e a diversidade no ambiente escolar.

Com isso, o discurso dos profissionais da educação tornou-se inclusivo, acompanhando as demandas legais.

Contudo, os referenciais apontam práticas pedagógicas inclusivas discretas.

O Currículo adequado é de competência da instituição de ensino, cabendo aos profissionais elaborar o projeto educacional num viés aberto⁵ e flexível, galgando-se acolher e recepcionar alunos sem Deficiência e PcD, estipulando conteúdos, objetivos, metodologias e prazos compatíveis com as demandas (LIMA-RODRIGUES *et al.*, 2007; MORGADO, 2005).

É válido equilibrar e ter uma flexibilização entre o Currículo fechado e o aberto, com vistas a dar respostas mais assertivas aos alunos.

O docente no contexto da Educação Inclusiva necessita trabalhar com metodologias diversificadas, considerando-se não só as individualidades dos alunos, mas também os distintos objetivos do projeto curricular (MORGADO, 2003).

Correia (2003) e Sanches (2001) expõem que o professor, independentemente da série e/ou disciplinas de atuação, necessita diferenciar, mas não estigmatizar os alunos.

Tal profissional deve adotar estratégias que busquem a integração e a socialização dos indivíduos, bem como efetuar diferenciações pedagógicas⁶, considerando-se as particularidades na aprendizagem de cada um.

Por meio da diferenciação pedagógica, os docentes possibilitam o avanço de um indivíduo no Currículo, valendo-se de estratégias e métodos de ensino diversificados (NIZA, 1996).

Tal prática pauta-se em uma Filosofia Inclusiva baseada em ambientes colaborativos e na interação entre os diversos agentes da comunidade educativa – fator determinante no processo de ensino-aprendizagem, exigindo uma adequação quanto ao nível de atuação docente (CORREIA, 2003).

Os docentes, junto à gestão, têm a responsabilidade de integrar todos os envolvidos, possibilitando que sintam-se parte do projeto educacional pautado na inclusão (CORREIA, 2003).

⁵ Morgado (2003) expõe que no modelo de Currículo aberto, a gestão curricular considera as diferenças do contexto relativo a cada comunidade escolar. Desse modo, os objetivos são passíveis de ajustamento e alteração e os métodos de avaliação são utilizados com fins de regular o nível de compreensão, funcionalidade e qualidade das aprendizagens.

⁶ Para Visser (1996) apud Niza (1996), a diferenciação pedagógica é “[...] o processo pelo qual os professores enfrentam a necessidade de fazerem progredir, no currículo, uma criança em situação de grupo, através de uma seleção apropriada de métodos de ensino e de estratégias de aprendizagem (e de estudo).” (p. 147).

Além do mais, cabe a estes desenvolver práticas – efetivamente – inclusivas que possibilitem atingir a qualidade da Educação Inclusiva, com igualdade de oportunidades e interação entre os pares (RODRIGUES, 2006).

Desse modo, é possível perceber que os educadores são atores e protagonistas neste processo de Educação Inclusiva, envolvidos intrinsecamente, coresponsáveis pela mudança das comunidades educativas.

Segundo Sanches (2001), seu desempenho na Educação Inclusiva pauta-se em 4 (quatro) ações: a) conhecer/diagnosticar, b) planificar, c) intervir, e d) avaliar/reavaliar.

Necessita-se assim de um contínuo desenvolvimento profissional docente, galgando-se ampliar conhecimentos, desenvolver habilidades e atitudes fundamentais à facilitação da aprendizagem de seu público (RODRIGUES, 2001).

Diante do exposto nesta seção, é evidente a importância das práticas pedagógicas inclusivas para a equidade de oportunidades e desenvolvimento das capacidades individuais da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Diversos estudos como Boaventura, Castelli e Barata (2009) apontam que a Educação Física – pela prática educativa do corpo em movimento, proporciona benefícios à saúde, à manutenção de hábitos saudáveis e, por conseguinte, maior qualidade de vida, contribui significativamente para a integração, motivação, reabilitação e desenvolvimento físico e mental das Pessoas com Deficiência.

Diante do apontado, a seguir evidenciar-se-á a prática física e esportiva adaptada como essencial ao desenvolvimento da autoconfiança, autoiniciativa, e autoestima da Pessoa com Deficiência, bem como ao desenvolvimento motor e à interação social.

4 A ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTIVA COMO MECANISMO PARA A INCLUSÃO

Sob o viés de “Educação para Todos” é perceptível a busca constante pela qualidade de vida, a qual está intimamente relacionada à satisfação do indivíduo ao conseguir atingir seus objetivos, independentemente de suas características (BORGES *et al.*, 2007).

Tal afirmação remete à ideia de equidade quanto às oportunidades de em e de desenvolvimento, buscando por meio da emulação, a efetividade na ética da inclusão social⁷ (PIRES, 2008).

A efetiva Inclusão Social acontece quando a sociedade demonstra aptidão e qualidade no atendimento às demandas individuais, sem distinção e/ou preconceito.

Oliveira (2004) afere que a Inclusão Escolar provém de práticas pedagógicas interacionistas capazes de oportunizar o desenvolvimento humano em seus distintos níveis – cognitivo, emocional, motor, etc.

O educador possui fundamental papel na Inclusão. Este profissional, independentemente da série e/ou disciplina em que atua, deve possuir adequada capacidade física e intelectual para atender a seu público sem discriminação.

Para Soler (2005, p. 19), “[...] o educador deve ser muito bem preparado para assumir tal tarefa, que não é das mais fáceis, portanto é necessária uma ampla capacitação desses profissionais.”

A Inclusão, por meio de atividades físicas e/ou esportivas adaptadas, é fundamental para a adoção de hábitos saudáveis, buscando combater ao sedentarismo⁸, por exemplo, fortemente presente no cotidiano da PcD, vez que – fisiologicamente falando – a inatividade física acarreta em redução e/ou perda da mobilidade, elevação do peso corporal, e redução da disposição para a execução de tarefas cotidianas (ZUCHETTO *et al.*, 2002).

Ou seja, o sedentarismo gera alterações bioquímicas e metabólicas, que acarretam a redução da massa muscular e o acúmulo de tecido adiposo (GHORARAYEB; CARVALHO; LAZZOLI, 2004; MERIE; STEVEN, 2000).

O indivíduo ativo desenvolve-se psicossocialmente, vez que a atividade física e/ou esportiva auxilia no combate ao stress, aumenta a sensação de bem-estar, além de promover a autoestima e a autoaceitação, o que promove maior qualidade de vida (CARDOSO, 2011).

Nesse sentido, percebe-se que a prática de atividade física e/ou esportiva adaptada objetiva, considerando-se interesses e capacidades individuais das PcD, adotar fundamentos da mobilidade humana e seus correlatos, galgando-se o

⁷ A grande dificuldade de inclusão está no fato de que nossa sociedade, em seus sistemas sociais, não se organiza para incluir, dificultando desta forma, que as pessoas deficientes possam assumir seus papéis na sociedade (PIRES, 2008, p. 48).

⁸ A PcD necessita, por vezes, de apoio quanto à adoção de práticas saudáveis (PIRES, 2008).

desenvolvimento e/ou reabilitação destes, valendo-se de jogos, esportes e de atividades desenvolvimentistas diversas (CASTRO, 2011).

4.1 A prática de atividades físicas e esportivas adaptadas às PcD

Conforme Melo e López (2002) apud Lehnhard *et al.* (2012), a prática de atividades físicas e esportivas por PcD tem se tornado cada vez mais frequente.

Tal fato deve-se à busca pelo bem-estar e por maior qualidade de vida, vez que tais práticas permitem o estímulo às potencialidades físicas e psicológicas do indivíduo. Para os autores supracitados, “[...] é a oportunidade de testar seus limites e potencialidades, prevenir as enfermidades secundárias à sua deficiência e promover a integração social do indivíduo.” (p. 45).

Tais práticas voltadas à PcD, devem ocorrer obedecendo a princípios como ludicidade e satisfação, permitindo-lhe experienciar situações que, provavelmente, não se concretizariam devido às suas limitações (COSTA; SOUSA, 2004; SILVA, 2012).

4.1.1 Atividade física adaptada

Para Auricchio (2014, p. 02):

A atividade física adaptada é uma área associada com serviços que promovem saúde e um estilo de vida mais ativo, reabilitam funções deficientes e facilitam a inclusão. [...] é uma área [...] cuja prestação de serviços fundamenta-se num corpo de conhecimentos multi, inter e cross-disciplinares.

É fundamental que o profissional de Educação Física conheça as necessidades especiais de cada indivíduo e suas possíveis causas, afim de não comprometer a efetividade do treinamento (COSTA; WINCKLER, 2012).

Durante a execução de uma atividade física desenrola-se um desequilíbrio homeostático, forçando o organismo a alterar parâmetros em busca da estabilidade. Quando a atividade física torna-se uma prática cotidiana, tais alterações permanecem concomitantemente à frequência das atividades (CPAQV, 2014).

Nesse sentido, percebe-se que as práticas físicas adaptadas devem considerar as individualidades de cada PcD, pactuando com a teoria de sistemas

dinâmicos, que delinea a relação entre indivíduo, ambiente e atividade (CARDOSO; PALMA; ZANELLA, 2010; HUTZLER, 2007).

Segundo o referencial supracitado, cada atividade demanda determinada relação entre PcD e meio.

Assim, os propósitos de determinada atividade podem ser definidos pela PcD ou imposto pelo ambiente – ensino, instrução, terapia, etc (SAMPEDRO, 2012).

Considerando-se a legislação vigente, Silva (2008) atesta que a prática esportiva divide-se em 4 (quatro) nichos: social, educacional, alto rendimento, e recreação e lazer. Segundo esta última vertente busca-se “[...] saúde e bem estar físico e psicológico, incentivo à prática esportiva para todos, como parte do cotidiano.” (p. 50).

Tal lazer físico-esportivo, aqui entendido como prática em tempos ociosos, buscando-se satisfação, quando relacionado à PcD, percebe-se uma limitação devido à necessidade de acessibilidade nos diversos ambientes, exigindo por vezes, que a Pessoa com Deficiência tenha conhecimento ou domínio sobre as possibilidades de execução (COSTA; WINCKLER, 2012).

4.1.2 Esporte adaptado

Os primeiros relatos acerca de esporte adaptado datam do século XVIII, onde na Europa, atividades recreativas e esportivas eram utilizadas para reabilitação de pessoas com deficiência (SILVA, 2008). Tais práticas intensificaram-se com o fim da 2ª Guerra Mundial. Na ocasião, o Dr. Ludwig Guttman, médico pioneiro na área, no hospital Stoke Mandeville, na Inglaterra, realizava terapias esportivas para reabilitação de combatentes lesionados no conflito (BENFICA, 2012; MELLO, 2004).

Por meio de esportes como: arco e flecha, atletismo, basquete, natação, e tiro, Guttman auxiliava na reabilitação de lesionados⁹.

Por conseguinte, determinadas modalidades esportivas, praticadas cotidianamente, tornaram-se disputas. Estas cresceram ao longo dos anos, até se concretizarem em paraolimpíada, tendo em 1960, na cidade de Roma, sua primeira realização (FLORENCE, 2009).

⁹ Naquela mesma época, em 1948 surgiram os jogos Stoke Mandeville (SESI, 2013).

A evolução foi tamanha, que em 2008, cerca de 4 (quatro) mil atletas de 146 (cento e quarenta e seis) nações disputavam medalhas em 20 (vinte) modalidades, dentre elas encontram-se: atletismo, basquete em cadeira de rodas, futebol de sete, hipismo, tênis em cadeira de rodas, voleibol sentado, etc. Já em 2016 eram 30 (trinta) modalidades esportivas (COSTA; WINCKLER, 2012; SESI, 2013).

Para Silva, Seabra Júnior e Araújo (2008), tal abordagem histórica evidencia que o em da PcD ao esporte traduz-se na oferta de oportunidades e impulso à anuência de qualquer indivíduo, independente de suas limitações, à prática esportiva.

Vale evidenciar que a Pessoa com Deficiência demandará recursos para sua prática esportiva adaptada. Por exemplo, a PcD acometida por lesão medular, utilizará de sua cadeira de rodas, devendo desenvolver habilidades de movimento necessárias ao manejo de sua cadeira de rodas – impulsão e condução (BHAMBANI, 2007).

Bhambani (2007) afere ainda que o que definirá o sucesso destas práticas adaptadas é a capacidade funcional da PcD.

Para a prática esportiva adaptada utiliza-se de sistemas classificatórios quanto à funcionalidade¹⁰ da PcD em situação de disputa, oportunizando que compitam em condições de equidade. Assim, as PcD podem competir independentemente de seu comprometimento físico (CARDOSO, 2016; INGHAM, 2008).

De acordo com Cardoso (2016), ao propor um programa de atividade física adaptada, é imprescindível que o Educador Físico conheça diretamente cada PcD, levantando-se suas condições clínicas e a partir destas, verificando os perigos para a prática de determinadas atividades esportivas, considerando-se as atividades e o nível de habilidades a serem utilizadas naquele programa.

Diante do exposto neste artigo, percebe-se que a inclusão das PcD em atividades físicas e/ou esportivas promove benefícios. Estes podem ser potencializados quando o meio é favorável ao desenvolvimento das habilidades e à participação ativa nas atividades adequadas ao público (RESENDE; FREITAS; GUIMARÃES, 2019).

Além do mais, uma maior frequência quanto à realização de práticas físicas e/ou esportivas adaptadas permite maior compreensão quanto aos benefícios

¹⁰ Para Castro (2011), a classificação funcional baseia-se na capacidade física e na competitividade de cada modalidade esportiva; mais especificamente considera-se a estrutura e o comedimento da Deficiência, as habilidades relacionadas à prática esportiva, e o desempenho progresso.

concretizados – equilíbrio emocional, socialização, melhora quanto aos níveis de autoconfiança e autoestima, bem como das funções do organismo como um todo (CASTRO, 2013).

É válido salientar que, por meio da prática física e/ou esportiva adaptada, a PcD poderá, ao experienciar sensações e movimentos, integrar-se socialmente, por à prova suas capacidades e potencialidades, bem como evitar enfermidades, bem como reabilitar-se (BRAZUNA; CASTRO, 2001; GORLA, 2007; GORGATTI *et al.*, 2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo galgou evidenciar a relevância das práticas físicas e esportivas para a efetiva inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD).

Por meio desta pesquisa bibliográfica foi possível conhecer e compreender sobre o termo Deficiência e suas tipificações. Além de perceber, sob um viés histórico e educacional, a Inclusão Social em sua potencialidade e desafios. Por fim, notou-se a prática física e esportiva adaptada como ferramenta benéfica e de vital importância à Pessoa com Deficiência.

Diante do exposto, compreendeu-se que por meio da prática física e esportiva adaptada, a PcD conhece mais sobre o funcionamento de seu corpo, além de desenvolver seu esquema corporal, treinar sua organização espaço-temporal, interagir com seus pares e construir com isso, sua identidade, autoconfiança e autoestima; o que remete à promoção da qualidade de vida à PcD.

Contudo, a Inclusão, quer seja pela prática física e/ou esportiva adaptada, quer seja por demais estratégias que permeiam a Educação Inclusiva, necessita essencialmente de cooperação entre os agentes da comunidade escolar, e que os profissionais estejam – de fato - qualificados para tal fim, conscientes quanto a seu papel de facilitador do processo de ensino-aprendizagem, e quanto à eficiência dos métodos empregados.

Por fim, espera-se que a partir deste artigo, em sua limitação, seja perceptível a relevância acadêmico-científica do tema. Instigando profissionais de Educação Física a despertarem seu interesse para práticas físicas e esportivas adaptadas como mecanismo à efetiva Inclusão Social, buscando realizar discussões mais aprofundadas acerca da problemática evidenciada.

REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M. Understanding the development of inclusive education system. **Electronic Journal of Research in Educational Psychology**, v.3 n.3, p. 5-20, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2931/293121928002.pdf> Acesso em: 20 ago. 2021.
- AINSCOW, M.; FERREIRA, W. Compreendendo a Educação Inclusiva: algumas reflexões sobre experiências internacionais. In: RODRIGUES, D. (org). **Perspectivas sobre inclusão**: da educação à sociedade. Porto: Porto, 2003. p. 103-116.
- ALVES, F. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- AURICCHIO, J. **Saberes sobre atividade física e esporte adaptado para pessoas com deficiência e populações especiais antes da prática**, 2014. 112 f. Artigo no prelo utilizado para a disciplina de Educação Física e esportes adaptados. UNIMEP, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd112/futebol-basquete-para-alunoscom-necessidades-especiais.htm>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- BARROSO, J. Factores organizacionais da exclusão escolar: a inclusão exclusiva. In: RODRIGUES, D. (org). **Perspectivas sobre a Inclusão**: da Educação à Sociedade. Porto, Portugal: Porto, 2003. p. 25 – 36.
- BENFICA, D. T. **Esporte paralímpico**: analisando suas contribuições nas (re)significações do atleta com deficiência, 2012. 42 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Faculdade de Educação Física, Minas Gerais, 2012. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/3473/1/texto%20completo.pdf> Acesso em: 12 set. 2021.
- BERMAN-BIELER, R. **Desenvolvimento Inclusivo**: uma abordagem universal da deficiência. Equipe Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo da Região da América Latina e Caribe do Banco Mundial. 2003. Disponível em: http://www.uefs.br/disciplinas/exa519/Des_Inclusivo_Paper_Port_Final.pdf Acesso em: 26 abr. 2021.
- BHAMBHANI, Y. **Overview of physical training in athletes with disabilities**: Focus on Long-term Athlete Development. Vancouver: Canadian Sport Center, 2007.
- BOAVENTURA, R.; CASTELLI, M.; BARATA, T. Os benefícios da atividade física para a pessoa com deficiência. **Omnia Saúde**, v. 6, n. 1, p. 51-61, 2009. Disponível em: <http://fics.edu.br/index.php/rpgm/article/view/457>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BORGES, F. P. *et al.* Futebol e basquete: adaptações de regras para o ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 12, n. 112, set. 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd112/futebol-e-basquete-para-alunos-com-necessidades-especiais.htm>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001.** Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

_____. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

_____. **Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

_____. **Decreto nº 5.904/2006, de 21 de setembro de 2006.** Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Decreto Nº 6.949 de 25 de agosto de 2009.** Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

_____. **Lei Nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.** Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

_____. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015:** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRAZUNA, M.; CASTRO, E. A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento: uma revisão da literatura. **Revista Motriz.** Rio Claro, v. 7, n. 2, p. 115 - 123, jul./dez., 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/KVK8XWkSVGyMZLxqXgB8kqH/?lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2021

BUCHALLA, C. (org.). **CIF-Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.** São Paulo: Organização Mundial da Saúde; Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CARDOSO, M. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte,** Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 529-539, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/KVK8XWkSVGyMZLxqXgB8kqH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

CARDOSO, V. **O desenvolvimento da carreira esportiva de atletas paraolímpicos no Brasil.** 2016. 218 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/149557/001006495.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 22 ago. 2021.

CARDOSO, V.; PALMA, L.; ZANELLA, A. A motivação de pessoas com deficiência para a prática do esporte adaptado. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 15, 2010. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd146/a-motivacao-para-esporte-adaptado.htm> Acesso em: 19 set. 2021.

CARVALHO, L.; ALMEIDA, P. Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência: da exclusão à inclusão. Da proteção à promoção. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**. n. 12, p. 77 - 86, fev./2012. Disponível em: <http://reid.org.br/?CONT=00000293> Acesso em: 10 abr. 2021.

CASTRO, E. *et al.*, Educação Física adaptada inclusiva: impacto na aptidão física de deficiências intelectuais. Ribeirão Preto SP, 2013. **Rev. Ciênc. Ext.** v. 9, n.1, p. 37. 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/143223> Acesso em: 18 set. 2021

CASTRO, E. **Atividade Física Adaptada**. 2. ed. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2011.

CIDADE, R. **Introdução à Educação Física Adaptada para Pessoas com Deficiência**. Curitiba: UFPR, 2009.

CORREIA, L. **Educação Especial e Inclusão**: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu juízo perfeito. Porto: Porto, 2003.

COSTA, A. **Promoção da Educação Inclusiva em Portugal**: fundamentos e sugestões. Lisboa, 2006.

COSTA, A.; SOUSA, S. Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 3, p. 27 – 42, 2004.

COSTA, M. **Desafios da Educação Inclusiva**: um estudo sobre representações e expectativas dos professores do ensino regular face aos professores de apoio educativo, 2006. 19p. Dissertação de Mestrado, Inédita. Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias, Lisboa, 2006. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5822> Acesso em: 20 set. 2021.

COSTA, A.; WINCKLER, C. A Educação física e o esporte paralímpico. In.: MELLO, M.; WINCKLER, C. (org.) **Esporte paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 71 – 76.

CENTRO DE PESQUISAS AVANÇADAS EM QUALIDADE DE VIDA (CPAQV). **Atividade física e alterações fisiológicas**. 2014. Disponível em: www.cpaqv.org. Acesso em: 23 abr. 2021.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **Rev. Int. direitos human.** São Paulo, v. 6, n. 11, p. 80 – 88, dez./2009.

DUARTE, E.; LIMA, S. (orgs.) **Atividade Física para pessoas com necessidades especiais:** experiências e intervenções pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p. 23-32.

FLORENCE, R. **Medalhistas de ouro nas paraolimpíadas de Atenas 2004:** reflexões de suas trajetórias no desporto adaptado. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/274783> Acesso em: 15 set. 2021

FONSECA, R. **A ONU e o seu conceito revolucionário da pessoa com deficiência.** São Paulo, p. 45 – 54, 2007. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smacis/default.php?reg=4&p_secao=96. Acesso em: 15 abr. 2021.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, v. XVI, n.1, p 5 – 20, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GHORARAYEB, N.; CARVALHO, T.; LAZZOLI, J. Atividade Física não competitiva para a população. In: GHORARAYEB, N. (ed.). **O exercício:** preparação fisiológica, avaliação médica e aspectos especiais e preventivos. São Paulo: Atheneu, 2004. p. 249-259.

GORGATTI, M. *et al.*, Tendência competitiva no esporte adaptado. **Arquivos Sanny de Pesquisa e Saúde.** v. 18, n. 1, p. 18-25. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/XWpRWYmHWV6j5nVKSdvpLcr/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 14 set. 2021.

GORGATTI, M.; COSTA, R. **Atividade física Adaptada:** qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2. ed. Barueri: Manole, 2008. 660 p.

GORLA, J. *et al.*, Composição corporal em indivíduos com lesão medular praticantes de basquetebol em cadeiras de rodas. **Arquivos de Ciência da Saúde Unipar.** Umuarama, v. 11, n. 1, p. 39-44, jan./abr., 2007. Disponível em: <https://www.revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/979>. Acesso em: 15 set. 2021.

HUTZLER, Y. A Systematic Ecological Model for Adapting Physical Activities: Theoretical Foundations and Practical Examples. **Adapted Physical Activity Quarterly,** v. 24, p. 287-304. 2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18042967/> Acesso em 16 jul. 2021.

INGHAN, S. Lesões no Para-atleta. Guia de Medicina do esporte. Barueri: Monele, 2008.

LEHNHARD, G. *et al.* A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física. **Rev. da Educação Física/UEM**, v. 1, p. 45-46, 2012.

LIMA, S. **Educação Física Adaptada**: proposta de ação metodológica para formação universitária. 187 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2005. Disponível em http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/274974/1/Lima_SoniaMariaToyoshima_D.pdf Acesso em: 23 ago. 2021.

LIMA-RODRIGUES, L. *et al.* **Percursos de Educação Inclusiva em Portugal**: dez estudos de caso. Lisboa: Fórum de Estudos de Educação Inclusiva, FMH, 2007.

LOPES, M; FABRIS, E. **Inclusão e Educação**. São Paulo: Autêntica, 2013.

MARCHESI, A. A prática das Escolas Inclusivas. In: RODRIGUES, D. (org.). **Educação e Diferença** – Valores e Práticas para uma Educação Inclusiva. p. 93-108. Porto: Porto, 2001.

MARCHESI, A.; MARTIN, E. Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais. In: COLL, C. *et al.*, **Desenvolvimento psicológico e educação**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 7-23.

MARMELEIRA, J. *et al.*, Barreiras para a prática de atividade física em pessoas com deficiência visual. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. 2018; v.40, n.2: 197-204. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/D595fhvkK4c45YxWppsHtbH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2021.

MELLO, M. **Avaliação clínica e da aptidão física dos atletas paraolímpicos brasileiros**: conceitos, métodos e resultados. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2004.

MERIE, L.; STEVEN, J. **Bases Fisiológicas do Exercício e do Esporte**. 6. ed. Rio de Janeiro. p. 34-39. 2000.

MORGADO, J. **Qualidade, inclusão e diferenciação**. Lisboa: ISPA, 2003.

_____. **Currículo e profissionalidade docente**. Porto: Porto, 2005.

NISTA-PICCOLO, V. **Esporte para a vida no Ensino Médio**. 1. ed. São Paulo: Telos, 2012.

NIZA, S. **Necessidades Especiais de Educação**: da Exclusão à Inclusão na Escola Inovação, v. 9, p.139-149. 1996.

NOGUEIRA, C. **Educação Especial**: comunicar com crianças com Paralisia Cerebral. Santo Tirso: Editorial Novembro, 2009.

OLIVEIRA, I. **Saberes imaginários e representações na Educação Especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social.** Petrópolis: Vozes, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos das Crianças.** NY, 1959. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html> Acesso em: 14 set. 2021.

_____. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.** Aprovada pela Assembléia Geral da ONU, NY, 09 dez 1975.

_____. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Nova Iorque: ONU, NY, 2006.

PIRES, J. Por uma ética da inclusão. In: MARTINS, L. et al., (orgs). **Inclusão: compartilhando saberes.** 3 ed. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 36 – 42.

PY, L.; JACQUES, H. **A linguagem da saúde.** 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 19-48.

RESENDE, M.; FREITAS, M.; GUIMARÃES, A. Percepções sobre as paraolimpíadas escolares: um estudo com atletas. **Pensar a Prática.** Brasil, 2019, v. 22, p.51476.

RODRIGUES, D. A Educação e a Diferença. In: RODRIGUES, D. (org.). **A Educação e a Diferença: valores e práticas para uma Educação inclusiva.** Porto: Porto, 2001. p. 13-34.

_____. Educação Inclusiva. As boas e más notícias. In: RODRIGUES, D. (ed.), **Perspectivas Sobre a Inclusão: da Educação à Sociedade.** Porto: Porto, 2003. p. 89-102.

_____. **As promessas e as realidades da inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física.** São Paulo: Artes Médicas, 2006. p. 63-69.

RUFINI, L.; TEIXEIRA-ARROYO, C. Atividade física para pessoas com deficiência motora em uma cidade do norte paulista. **Revista Educação Física UNIFAFIBE**, v. 2, n. 2, p. 99-111, dez./2013. Disponível em: [file:///M:/MEUSdoc/Downloads/10-12700-37521-1-sm-1-realto-de-experincia-revisado%20\(1\).pdf](file:///M:/MEUSdoc/Downloads/10-12700-37521-1-sm-1-realto-de-experincia-revisado%20(1).pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

SAMPEDRO, L. B. R. Motivação à prática de atividades físicas e esportivas na educação física escolar: um estudo com adolescentes do ensino médio de escolas públicas estaduais da cidade de Porto Alegre RS. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, **Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano**, Porto Alegre, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/opusf/a/79fL8yQPzQg93j6QxsjXWks/?lang=pt> Acesso em: 22 ago. 2021.

SANCHES, I. **Comportamentos e estratégias de atuação na sala de aula.** Porto: Porto, 2001.

SÃO PAULO; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE [OMS]; BANCO MUNDIAL. **Relatório Mundial sobre a deficiência.** São Paulo, 2011. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-a-deficiencia/>. Acesso em: 20 jul 2021.

SASSAKI, R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SERVIÇO NACIONAL DA INDÚSTRIA (SESI). **Esportes Paralímpicos.** São Paulo: SESI-SP, 2013.

SIL, V.; LOPES, J. **Os professores face à problemática do insucesso escolar: suas atitudes, percepções e opiniões.** Actas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia. Espanha: Universidade da Corunha, 2005. p. 2985-3000.

SILVA, L. H. O. **Perfil das pessoas que iniciam na prática do esporte adaptado coletivo na região metropolitana de Goiânia.** 2016. 85 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Educação Física e Dança, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/12002/5/TCCG%20-%20Educa%c3%a7%c3%a3o%20F%c3%adsica%20-%20Luan%20Henrique%20Oliveira%20Silva%20-%202016.pdf> Acesso em: 01 set. 2021.

SILVA, R. **Educação Física Adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional.** São Paulo: Phorte, 2008.

SILVA, R.; SEABRA JÚNIOR, L.; ARAÚJO, P. **Educação física adaptada no Brasil: da história a inclusão educacional.** São Paulo: Phorte, 2008.

SILVA, Y. **Deficiência múltipla: conceito e caracterização.** Anais Eletrônico, VIII EPCC. Encontro Internacional de Produção Científica. Centro Universitário de Maringá. CESUMAR, Maringá: Paraná, 2011. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/download/cp/inclusao/m3/leitura%203.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

SOETHE, P. R. **Guia didático: atividades de educação física para deficientes intelectuais.** Dissertação. Londrina: [s.n], 2017. 55 f. Disponível em: https://repositorio.pgskroton.com/bitstream/123456789/1802/1/Vers%C3%A3o%20Final_Paulo%20Ricardo.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

SOLER, R. **Educação Física Inclusiva: em busca de uma escola plural.** Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

UNESCO. Declaração de Salamanca. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Espanha, 1994. Disponível em: http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

WEISS, T. **People with Intellectual Disabilities and the Prison System,** 2014. Disponível em: <http://www.disabledworld.com/disability/types/cognitive/prison-system.php> Acesso em: 22 abr. 2021.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLICHAN, D. S.; SANTOS, M. G. Atividade física adaptada para a pessoa com deficiência: o CrossFit Adaptado para um grupo com cadeirantes e amputado. **Temas em Educ. e Saúde**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 146-158, jan./jun., 2019. Disponível em: <file:///M:/MEUSdoc/Downloads/10-12700-37521-1-sm-1-realto-de-experincia-revisado.pdf> Acesso em: 18 set. 2021.

ZUCHETTO, Â. T. *et al.*, As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos. **Rev. Kinesis**, Santa Maria, n. 26, p. 52-166, maio/2002. Disponível em: <http://boletimef.org/biblioteca/2321/Atividades-fisicas-para-a-qualidade-de-vida-dos--deficientes-fisicos>. Acesso em: 13 mai. 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de alcançar este sonho, em tempos tão incertos!

Agradeço à minha família pelo apoio incondicional nesta trajetória!

Gratidão ao meu orientador, prof. Esp. Guilherme Ramos, pela paciência e pelo profissionalismo no decorrer das orientações!

Agradeço também à minha Prof^a de TCC, Dra. Luciana Mendes, cujos ensinamentos foram fundamentais para a execução da presente pesquisa!

Agradeço também aos meus amigos e colegas de classe que compartilharam comigo estes anos de aprendizado, lutas e conquistas!

Por fim, exprimo minha gratidão a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste ciclo.

Gratidão...